10.35355/revistafenix.v22i1.1426

Revista de História e Estudos Culturais
Janeiro - Junho de 2025 Vol. 22 Ano 22 nº 1
www.revistafenix.pro.br ISSN 1807-6971

A MARGINALIDADE EM FOCO: REPERCUSSÃO, NA IMPRENSA, DO INCÊNDIO NA CASA DE CUSTÓDIA DE TAUBATÉ EM 1961

FOCUS ON MARGINALITY: MEDIA COVERAGE OF THE FIRE AT THE TAUBATÉ PENITENTIARY IN 1961

Raphael Fernando de Toledo Sousa[*]
Universidade de Taubaté – UNITAU
https://orcid.org/0000-0002-5012-8059
raphael.ftsr@gmail.com

André Luiz da Silva[**]
Universidade de Taubaté – UNITAU
https://orcid.org/0000-0002-6974-0723
interiworld@gmail.com

Rachel Duarte Abdala[***]
Universidade de Taubaté – UNITAU
https://orcid.org/0000-0002-6936-5329
rachel.abdala@gmail.com

---

[*] Mestrando em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté. Possui graduação em História pela Universidade de Taubaté. Atualmente é professor - Colégio Vale do Sol. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: patrono, trabalho, desigualdade, encarceramento e educação patrimonial.

[**] Possui Doutorado em Ciências Sociais , com orientação da Profa. Dra. Maria Celeste Mira, e Mestrado em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). É professor Assistente III de Sociologia e Antropologia do Instituto Básico de Humanidades da Universidade de Taubaté (UNITAU), atuando em diversos cursos das três áreas do conhecimento.

[***] Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo, graduação em Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora assistente da Universidade de Taubaté.

RESUMO: Este estudo analisa os discursos veiculados pela imprensa a respeito do incêndio ocorrido em 1961 na então Casa de Custódia de Taubaté (CCT), no Brasil, evento que resultou na morte de aproximadamente 40 detentos. Com base em uma investigação documental e bibliográfica, a pesquisa busca compreender como a imprensa da época retratou o episódio, identificando as narrativas e os aspectos destacados nos jornais. A análise permitiu evidenciar as condições precárias em que viviam os detentos do hospital de custódia.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Custódia e Tratamento; Taubaté-SP; lei de segurança penal; marginalização.

ABSTRACT: This study analyzes the discourses disseminated by the press regarding the fire that occurred in 1961 at what was then the Taubaté Custody House (CCT) in Brazil, an event that resulted in the death of approximately 40 inmates. Based on a documentary and bibliographic investigation, the research seeks to understand how the press of the time portrayed the episode, identifying the narratives and key aspects highlighted in newspapers. The analysis made it possible to reveal the precarious conditions in which the inmates of the custody hospital lived.

KEYWORDS: Custody and Treatment Center; Taubaté-SP; criminal security law; marginalization.

INTRODUÇÃO

Historicamente observa-se, no Brasil, a tendência de formulação de normas jurídicas como forma de controle social e até mesmo como estratégia "civilizatória" para a população vulnerável, periférica e marginalizada (FARIA FILHO, 2005). Essa realidade problemática de injustiças sociais pode ser facilmente evidenciada, quando se observa o sistema penitenciário brasileiro. O primeiro fator que aponta para um problema é a clara delimitação da população encarcerada, que tem cor, idade e posição social estabelecidas. Essa população é composta majoritariamente por jovens, negros e pardos com baixos níveis de escolaridade (SISDEPEN, 2023). Esse perfil aponta para a ineficiência do Estado que, a partir de políticas públicas inefetivas, ou ausentes, não soluciona o problema.

Além desse perfil da população encarcerada, existem outros que apontam para a ineficiência do Sistema penitenciário brasileiro. A partir de denúncias da imprensa nacional, observam-se: falta de estrutura nos presídios, superlotação, falta de condições básicas de higiene, etc. Esses problemas aparecem nos títulos das matérias de alguns veículos de comunicação: "Presos têm dentes arrancados e são pendurados de cabeça para baixo em sessões de tortura no Ceará" (G1, 2023); "Tortura virou método em presídios no Ceará, diz integrante da OAB: 'Hoje temos flagrante'" (BRASIL DE FATO, 2023); "Técnica de tortura de fraturar dedos de presos é usada em 5 estados" (CARTA CAPITAL, 2023). As abordagens da imprensa indicam que os problemas das práticas adotadas em unidades prisionais são publicados com determinada frequência e que,

www.revistafenix.pro.br

consequentemente, podem vir a ser de conhecimento da comunidade civil e de autoridades.

Essas questões chamam ainda mais atenção quando se analisa a Lei de Execução Penal (LEP), que regulamenta as condições relacionadas aos detentos e unidades prisionais no Brasil, pois esse conjunto de normas tem caráter evidentemente progressista e ressocializador (BRASIL, LEI N° 7.210, 1984). Observam-se, porém, ausência do Estado na execução das normas estabelecidas e conivência de autoridades na omissão daquilo que constitucionalmente foi definido.

O objetivo, aqui, é analisar a contradição entre os códigos jurídicos que regulamentam as condições dos detentos e a prática de sua execução, a partir da abordagem da imprensa sobre um fato que ocorreu em uma unidade prisional da cidade de Taubaté em agosto de 1961.

Metodologicamente, para o desenvolvimento do artigo foi realizada a revisão bibliográfica de autores que tratam dos contextos da marginalidade e do encarceramento. Foram consultados documentos e dados referentes à situação carcerária brasileira, além de periódicos de circulação nacional, prioritariamente aqueles com circulação no estado de São Paulo que relataram o trágico evento ocorrido na Casa de Custódia de Taubaté, em 1961. Os veículos analisados foram Folha de São Paulo, A Tribuna, Diário da Noite, Correio da Manhã, Correio Paulistano e Estado de São Paulo. As publicações foram analisadas até que houvesse a saturação das informações publicadas sobre o episódio analisado. Os documentos selecionados foram encontrados no Arquivo Histórico de Taubaté "Félix Guisard Filho", nos acervos digitais de cada periódico e no acervo da Biblioteca Nacional, utilizando como palavra-chave Casa de Custódia de Taubaté e, como filtro de pesquisa, a semana em que ocorreu a tragédia.

www.revistafenix.pro.br

O PROCESSO DE MARGINALIZAÇÃO E A "OMISSÃO" DO ESTADO EM INSTITUIÇÕES DE CÁRCERE NO BRASIL

Por muito tempo, a História foi narrada a partir de um "centro" que, dependendo do período histórico, compreendia o poder dominante, monárquico, burguês ou religioso, e essa narrativa era considerada a História oficial. Com a crítica à História positivista, que defendia ser possível alcançar a verdade histórica de forma objetiva, assumiu-se uma subjetividade histórica do sujeito historiador que, segundo Certeau (1982), está influenciada por fatores como o "[...] lugar de produção

socioeconômico, político e cultural [...] submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade onde realiza a análise histórica" (Certeau, 1982, p. 65). A partir dessa problematização e da compreensão da subjetividade que permeia a História, a produção historiográfica passou a admitir, entre outras, a abordagem de temas relacionado àqueles que se encontram à margem do tal "centro" da História.

O termo marginal, mais conhecido e empregado atualmente, foi adotado como adjetivo nas pesquisas históricas e pela própria imprensa, no período pós Segunda Guerra Mundial. O termo buscava definir os indivíduos que, nesse período pós-guerra, questionavam os valores judaico-cristãos do mundo capitalista estabelecidos no ocidente. Esses grupos de movimentos contestadores, que surgiram primeiro nos Estados Unidos, depois na Europa, identificados como "*Hippies*", "*Beatniks*", "Ecologistas", "Comunidades", tiverem expressivo papel nesse processo de contestação, pois

> Atacaram, em suas declarações e seus comportamentos, a moral sexual tradicional e a instituição da família, a ética do trabalho e a ideologia do progresso, a lei do lucro, os desperdícios da sociedade de consumo e a poluição de uma indústria invasora (SCHMITT, 1990, p. 263).

Schmitt (1990) esclarece, porém, que esses não foram os únicos grupos considerados marginalizados, pois existe uma forma distinta, mais expressiva e não-voluntária de marginalização de grupos que são alvos das injustiças sociais, os quais podem ser identificados como a maioria dos que se encontram condenados pela justiça ao cumprimento de pena em prisões, que moram nos "[...] guetos negros da América do Norte e da África do Sul às favelas do Brasil e dos 'trabalhadores imigrados' da Europa" (SCHMITT, p. 263).

O tipo de marginalização analisado neste artigo corresponde à segunda definição de Schmitt, no que se refere à marginalização não voluntária, daqueles que são, de maneira coercitiva, retirados do convívio social e enclausurados em unidades carcerárias, sob pretexto de serem "corrigidos" e reintegrados à sociedade.

Atualmente, tal processo de marginalização não se inicia a partir da detenção em presídios, visto que dados estatísticos possibilitam esclarecer que ele ocorre *a priori* pela própria sociedade, pela falta de políticas públicas e pela lógica higienista adotada pelo Estado, para então ser institucionalizada com o encarceramento, como explicam Tenório Filho e Lima (2018):

> A exclusão social pela falta de condições econômicas, pela falta de moradia e pela falta de educação é institucionalizada pelos espaços penais, expulsando da cidade e isolando esses excluídos num estabelecimento fechado no qual a sociedade exige muros altos para

> que o confinamento seja ainda maior do que o detectável a olhos nus (2018, p. 373).

Percebe-se, nos apontamentos citados, que a maior parte dos sujeitos que se encontram encarcerados nas mais diversas unidades prisionais espalhadas pelo Brasil já se encontravam em um estado de marginalização antes mesmo da efetivação de qualquer infração penal, quando ela ocorre.

Os Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário – SISDEPEN, de 2023 comprovam que o processo de marginalização sofrido pela população carcerária ocorre antes mesmo da reclusão, o que pode ser traduzido como uma seletividade do sistema penal brasileiro. Como exemplo, de um total de 620.606 mil pessoas privadas de liberdade, somadas pessoas de pele negra ou parda, representam mais de 67% da população encarcerada, Mais de 58% dessa população têm entre 18 e 34 anos de idade, e mais de 52% não têm sequer o ensino fundamental completo. Além disso, constata-se que aproximadamente 30% do número total de pessoas encarceradas se encontram em regime provisório, ou seja, sequer foram julgadas (SISDEPEN, 2023). Esses dados explicitam a situação de vulnerabilidade em que vive essas pessoas, antes mesmo de serem privadas de sua liberdade.

A partir da discussão sobre a marginalização da população que ocupa o sistema penitenciário no Brasil, observa-se que as normas jurídicas atingem diretamente a população mais vulnerável. Segundo Faria Filho (2005, p. 112), o período que sucedeu a "libertação" do Estado Brasileiro foi marcado pela tentativa de "homogeneizar" a população brasileira, lógica que, como se observou pelo perfil da população encarcerada, perdura até hoje.

> Em todo o período, porém, o caráter político da intervenção legal baseia-se num pressuposto fundamental: a intervenção era uma ação necessária das instituições estatais e/ou das classes ilustradas sobre o heterogéneo povo brasileiro, no sentido de civilizá-lo e prepará-lo para contribuir com o progresso da nação. É clara, pois, a conotação pedagógica implícita na ação legislativa: a lei moldaria o caráter, ordenaria as relações, civilizaria o povo, construiria a nação.

Dentro das unidades prisionais, os detentos passam por uma rígida disciplina, com horários definidos para alimentação, banho, passeio ao ar livre, trabalho, etc. Essa disciplina é implementada nesse tipo de instituição para gerar o que se denomina, segundo Foucault (2004), "corpos dóceis" - sujeitos úteis e obedientes. Esse processo ocorre porque a "[...] disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'" (Foucault, 2004, p. 119). Por meio desse processo, seria possível, não apenas

encarcerar os sujeitos marginalizados, mas também "civilizá-los" para um possível retorno à sociedade.

Para se compreender as normas que regem a vida da população encarcerada é preciso que se apresente a Lei n° 7.210, de 1984, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP). Apesar do contexto problemático do sistema penitenciário no Brasil, essa Lei tem um caráter evidentemente ressocializador, que pode ser verificado em seu Art. 1° - "A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado", e também no Art. 10° - "A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade".

A legislação brasileira pauta-se pelo princípio da ressocialização do infrator, banindo qualquer tipo de pena que com ele apresente atrito, como evidenciam estes incisos do Art. 5º da Constituição Federal, que proíbe qualquer tipo de penalização que exceda a própria reclusão do sujeito infrator, como segue:

> XLVII – não haverá penas:
> a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
> b) de caráter perpétuo;
> c) de trabalhos forçados;
> d) de banimento;
> e) cruéis;
> XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

www.revistafenix.pro.br

Os detentos também têm alguns direitos assegurados pela Lei de Execução Penal (Lei nº7.210, de 1984), em seus artigos 40 e 41, que apontam para questões relacionadas à saúde e ao bem-estar dos sujeitos privados de liberdade.

> **Art. 40**. Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.
> **Art. 41**. Constituem direitos do preso: I – alimentação suficiente e vestuário; II – atribuição de trabalho e sua remuneração; III – previdência social; IV – constituição de pecúlio; V – proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; VI – exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena; VII – assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; VIII – proteção contra qualquer forma de sensacionalismo; IX – entrevista pessoal e reservada com o advogado; X – visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados; XI – chamamento nominal; XII – igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena; XIII – audiência especial com o diretor do estabelecimento; XIV – representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito; XV – contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e dos bons costumes; XVI – atestado de pena a cumprir, emitido

> anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Ao analisar a legislação brasileira, depara-se com um grande abismo entre a lei e a prática. Existem, no Brasil, cerca de 620.000 mil pessoas privadas de sua liberdade, para um total de 481.835 mil vagas. Percebe-se que não há um efetivo cumprimento, por parte do Estado, daquilo que está estabelecido na Lei de Segurança Penal, em seu Art. 84: "[...] o estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com sua estrutura e sua finalidade" (BRASIL, Lei N° 7.210, 1984).

Os problemas estruturais e de ordem social que foram apontados até aqui contribuem para que o sistema penitenciário não cumpra sua função de reintegração harmônica do sujeito infrator para a sociedade, o que faz com que aqueles que já cumpriram suas penas voltem a cometer crimes e, consequentemente, o aumento das taxas de criminalidade. Segundo Wacquant (2004, p. 220):

> A prisão é um cadinho de violências e de humilhações cotidianas, um vetor de desagregação familiar, de desconfiança cívica e de alienação individual. E, para muitos presos implicados ligeiramente em atividades ilícitas, é uma escola de formação, para não dizer de "profissionalização", na carreira do crime.

www.revistafenix.pro.br

Ainda que seja questionável a aplicação prática da Lei de Segurança Penal no Brasil (e que existam diversas evidências dessa constante contradição entre a teoria e a prática), ela tem importante papel no que tange a proteção dos direitos dos detentos. Sobre esse aspecto, Thompson (1987, p. 358) esclarece que a lei acaba sendo um dos poucos mecanismos de proteção que as classes menos abastadas têm para que seus direitos sejam garantidos:

> É verdade que, na história, pode se ver a lei a mediar e legitimar as relações de classe existentes. Suas formas e seus procedimentos podem cristalizar essas relações e mascarar injustiças inconfessas. Mas essa mediação, através das formas da lei, é totalmente diferente do exercício da força sem mediações. As formas e a retórica da lei adquirem uma identidade distinta que, às vezes, inibem o poder e oferecem alguma proteção aos destituídos do poder. Somente quando assim são vistas é que a lei pode ser útil em seu outro aspecto, a ideologia.

Por mais que, atualmente, a falta de aplicação da Lei, no que se refere à população encarcerada no Brasil e à precariedade de muitas unidades prisionais, pareça estar no cerne dos problemas sociais, não se verificam grandes esforços por parte das autoridades para a solução desse problema.

A CASA DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO: UMA TRAJETÓRIA MARCANTE PARA A CIDADE DE TAUBATÉ

No Brasil, casa de custódia e tratamento era destinada a sujeitos acusados de cometer crimes de caráter inimputáveis ou semi-imputáveis, quando, por exemplo sofria de doenças mentais, tinha menos de 18 anos ou no momento da ação criminosa se encontrava em estado de embriaguez. A internação na unidade ocorria por "[...] medida de segurança pessoal, detentiva, consistente no recolhimento a estabelecimento destinado à cura ou à reeducação moral e social do delinquente" (JUSBRASIL, 2021). Atualmente, por meio da Resolução 487/2023, de 15 de fevereiro de 2023, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ determinou o fechamento de todos os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico no país (CNJ, 2023).

Houve uma longa trajetória, antes que a conhecida Casa de Custódia de Taubaté recebesse tal denominação e notoriedade. Em 1907 foi criado, na Ilha dos Porcos (atual Ilha Anchieta-SP), a Colônia Correcional, primeiro presidio de segurança máxima do Estado de São Paulo. O presídio, porém, não durou muito tempo. Segundo Amaral (2017), a unidade foi fechada devido à falta de recursos para sua manutenção. Em 1914, o Instituto Correcional de Taubaté seria utilizado para a transferência da Colônia Correcional da Ilha dos Porcos, abrigando, dessa forma, alguns dos presos considerados mais periculosos do Estado de São Paulo. O processo de transferência ocorreria pela Lei Estadual n°.1445, de 28 de dezembro de 1914, porém não se concluiu, e o presídio da Ilha dos porcos só teve suas atividades suspensas em 1955, com um decreto do então governador do Estado de São Paulo Jânio Quadros, n°. 24.906, de 3 de setembro de 1955 (AMARAL, 2017).

Antes de se tornar Unidade Prisional Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Dr. Arnaldo Amado Ferreira, em 2002, o local passou por diversas transformações e alterações de função e denominação, tais como: Instituto Correcional, de 1915 a 1934; Instituto Disciplinar e Escola Profissional para Menores, de 1934 a 1935; Reformatório Profissional de Taubaté para Menores, de 1935 a 1938; Instituto de Menores de Taubaté, em 1939; Seção Agrícola da Penitenciária do Estado, de 1940 a 1955; Casa de Custódia de Taubaté, de 1955 a 2002; Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Dr. Arnaldo Amado Ferreira, a partir de 2002 (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2005).

Em 1985, foi criado no local o Centro de Readaptação Penitenciária (CRP), anexo que ficou conhecido entre os presos como "Piranhão", "[...] reservado a receber presos com participação ativa em rebeliões e práticas de atos de violência e subversão rebeladoras de periculosidade". (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2005, p. 109). Desde sua criação, o CRP foi motivo de rebeliões e revoltas dos internos, por supostamente ser um local de maus tratos, praticados pelos funcionários do presídio. Em 1998, a OAB – Ordem dos advogados do Brasil – de Taubaté instaurou uma comissão para apurar as eventuais denúncias de maus tratos e, após as investigações, funcionários do CRP foram punidos administrativamente (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2005).

Entre os fatos que marcaram a história da Casa de Custódia de Taubaté e que se relacionam com a criação do anexo conhecido como "Piranhão", está a formação do Primeiro Comando da Capital – PCC, em 1993. Os internos responsáveis pela fundação da organização faziam parte de um mesmo time de futebol da penitenciária (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2005). Segundo seu próprio estatuto, publicado na *Folha de S. Paulo* em maio de 1997, a organização tinha a intenção de funcionar como um "sindicato", garantindo os direitos e a proteção contra os maus tratos que ocorriam no sistema prisional do estado de São Paulo. Entre o conteúdo presente no seu estatuto, a organização faz críticas sobre a situação em que viviam na Casa de Custódia.

www.revistafenix.pro.br

> 11. O Primeiro Comando da Capital -P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".
> 14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele **Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté**, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes (FOLHA DE S. PAULO, 1997, grifo nosso).

Ainda assim, em 17 de dezembro de 2000 iniciou-se, no anexo da Casa de Custódia, uma rebelião que mobilizou grande parte da força policial da região. Na ocasião, havia no CRP 157 reclusos, considerados da mais alta periculosidade do Estado de São Paulo, condenados a penas altíssimas. Esses indivíduos, em sua maioria, eram membros do Primeiro Comando da Capital. Durante a rebelião, 22 pessoas, entre visitantes e funcionários, foram feitas reféns e conduzidas ao anexo do "Piranhão". Os reclusos exigiam que fossem transferidos do estabelecimento, acompanhados pela imprensa, para que não houvesse qualquer tipo de represália (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2005).

Toda a rebelião durou cerca de 3 dias, deixando 9 internos mortos, e alguns deles foram decapitados. Cumprindo com as negociações, os reféns foram liberados, e 30 reclusos foram transferidos do "Piranhão" para outras unidades de detenção do Estado de São Paulo. Após o término da rebelião, o local ficou devastado, e 119 presos foram transferidos sob escolta da tropa de choque de São Paulo, que esteve de prontidão às portas do presídio durante toda a operação (MONTEIRO; OLIVEIRA, 2005).

Um dos eventos mais marcantes ocorridos na CCTT aconteceu em 14 de agosto de 1961. Esse evento, que marcou a história do local e do próprio município de Taubaté, tornou-se manchete em muitos veículos de comunicação do estado de São Paulo: um incêndio que se iniciou por volta das 18h daquele dia, no pavilhão Alcântara Machado, que abrigava um total de 52 detentos, deixou uma marca de horror na cidade. Numa tentativa de rebelião que se iniciou no final da tarde daquele dia, alguns detentos atearam fogo a colchões no pavilhão Alcantara Machado. Não esperavam que, com o alastramento das chamas, as portas dos pavilhões fossem abertas pelos guardas do presídio, o que não ocorreu. Segundo Monteiro e Oliveira (2005, p. 92):

> Paulo Viana [sub-comandante do batalhão policial] observou em seu relatório que as medidas tomadas pelo sargento Edson Lopes Pestana, em não entrar com sua guarda no pátio interno da Casa de Custódia, e sim cercar a muralha, evitou a fuga e não expôs o efetivo que dispunha em uma situação que, fatalmente, causaria o extermínio de toda a guarnição. Se deixasse sensibilizar-se pelo sofrimento dos presos e tentasse, com sua equipe, abrir as portas dos pavilhões incendiados, como os líderes do motim planejaram e acreditaram, teria morrido com sua equipe inutilmente... era uma armadilha, mas o sargento desconfiou...

Fênix www.revistafenix.pro.br

Na manhã do dia 15 foram encontrados diversos corpos carbonizados dentro dos pavilhões. Nessa tragédia, 42 presos foram mortos. O número seria maior, não fosse a ação de funcionários da Casa de Custódia e agentes da Força Pública, atual polícia militar, que conseguiram abrir um buraco em um dos pavilhões em chamas, pelo qual alguns detentos conseguiram escapar. Com o fim das chamas "[...] um cheiro estranho e insuportável invadiu os bairros próximos. Era o cheiro de carne humana queimada" (SILVA, 2004, p. 22).

ABORDAGEM DA IMPRENSA SOBRE O INCÊNDIO DE 1961

Ao analisar as notícias que cobriam o terrível episódio ocorrido em agosto de 1961, na Casa de Custódia de Taubaté, nota-se um posicionamento pouco homogêneo

sobre o caso. O sinistro tomou proporções tão avassaladoras que mobilizou, além das tropas do Batalhão de Polícia de Taubaté, agentes de municípios vizinhos, como Tremembé, Caçapava e Pindamonhangaba. O caso foi amplamente noticiado pelos veículos da imprensa local.

Ao buscar notícias sobre o caso, percebe-se que o episódio rapidamente repercutiu pela imprensa nacional, o que denota sua relevância, não só para a população da cidade de Taubaté, como também para grande parte do país. Essas abordagens, porém, não tiveram um perfil homogêneo, sendo possível notar algumas contradições nos relatos, o que possibilita levantar alguns questionamentos quanto aos procedimentos adotados pela administração do presídio durante o sinistro. As abordagens analisadas pela presente pesquisa têm base nos periódicos *Folha de S. Paulo, A Tribuna, Diário da Noite, Correio da Manhã, Correio Paulistano* e *Estado de S. Paulo*.

A *Folha de S. Paulo*, no dia 15 de agosto, um dia depois da tragédia, publicou uma manchete sobre o evento, em sua primeira página. O veículo não explicita qualquer posicionamento em relação aos procedimentos adotados pelas autoridades, mas relata alguns de seus comportamentos incomuns, como exemplo: "Enquanto aguardavam a chegada dos reforços, as autoridades locais apelaram para a população e alguns civis foram armados pela Polícia" (FOLHA DE S. PAULO, 15/08/1961).

www.revistafenix.pro.br

Em outro momento, o veículo também recolhe uma declaração de um detento que conseguiu escapar das chamas: "Em declarações, à reportagem, 'Caveirinha' (líder do motim) buscou justificar sua ação, dizendo que 'não éramos tratados como seres humanos'" (FOLHA DE S. PAULO, 15/08/1961).

Os relatos coletados e publicados pela Folha apontam para uma possível tentativa de expor os problemas e os ilícitos que ocorriam na CCTT, além das providências descabidas, como exemplo, autoridades armarem a população civil.

Na edição do dia 16 de agosto, a *Folha de S. Paulo* publica uma matéria mais detalhada sobre o ocorrido. Busca apresentar mais detalhes sobre a tragédia e sobre os procedimentos adotados pelas autoridades. Um dos detentos, que se encontrava no pavilhão Alcantara Machado, disse à reportagem que "[...] quando ele e os outros cinquenta companheiros perceberam o fogo, tentaram abrir a porta (de ferro) de saída do pavilhão, mas ela estava trancada. O guarda que tinha a chave fugira" (FOLHA DE S. PAULO, 16/08/1961). Os detentos desse pavilhão conseguiram fugir por conta de um buraco feito na parede do banheiro, por dois guardas do presídio.

Ainda na mesma edição, o então diretor do presídio, Tarciso Leonce Pinheiro Cintra, declarou que seria melhor se os detentos tivessem fugido, a morrerem de tal maneira; porém, ele mesmo declara com pesar que os "maus-elementos" conseguiram se salvar:

> Como diretor, prevejo sempre um motim para cada semestre, principalmente num estabelecimento como este, onde a população é toda de elementos, considerados semi-alienados. Estou tomado por um trauma moral. Seria preferível que eles tivessem fugido a morrer nessas circunstâncias. O pior é que os maus-elementos (alguns ex-sentenciados da Ilha Anchieta) salvaram-se todos. É impossível se deduzir a causas que levaram um pequeno grupo de presidiários a fazer o que fizeram (FOLHA DE S. PAULO, 16/08/1961).

O Jornal *A Tribuna* de Santos também publicou, no dia 16 de agosto, na primeira página de seu periódico, o relato da tragédia. À semelhança da *Folha de S. Paulo*, recolheu os mesmos depoimentos, tanto do diretor do estabelecimento, quanto do detento que fugiu por um buraco na parede, feito por guardas do presídio (A TRIBUNA – SANTOS, 16/08/1961).

No dia 17 de agosto, o jornal *A Tribuna* de Santos colheu algumas declarações do Secretário Interino da Justiça do Estado de S. Paulo, Rui Rebelo Pinho, sobre a tragédia. Buscando esclarecer o motivo de tal motim, o secretário culpabiliza os próprios detentos pelo ocorrido.

www.revistafenix.pro.br

> A rebelião ocorrida na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, embora lamentável, é daquelas que não fogem a uma linha de previsão, isto porque os homens ali reconhecidos são todos semi-irresponsáveis, de alta periculosidade (A TRIBUNA – SANTOS, 17/08/1961).

Em outro momento, Rui Rebelo Pinho declara haver dificuldade no direcionamento dos detentos para cada unidade de estabelecimento penal do estado, reconhecendo alguma falha no sistema penitenciário e afirmando que "[...] remeter um criminoso perigoso a uma prisão indevida pode trazer graves consequências" (A TRIBUNA – SANTOS, 17/08/1961). Ainda assim, retratando os detentos daquela unidade como os únicos responsáveis pela tragédia.

O periódico *A Tribuna* de Taubaté traz um relato detalhado dos eventos ocorridos e dos procedimentos adotados pela direção do presídio. No início da matéria, o jornal faz a seguinte declaração:

> Passados quatro dias da tragédia que abalou Taubaté e o Brasil, o jornal "A Tribuna" apresenta um **relato sincero e verdadeiro** dos fatos que antecederam o incêndio de grandes proporções que destruiu parcialmente o único estabelecimento penal destinado ao cumprimento de medidas de segurança detentivas, para psicopatas e reincidentes

> genéricos e específicos à luz do código penal (A TRIBUNA – TAUBATÉ, 18/08/1961, grifo nosso).

Nota-se, no periódico, a tendência de retratação negativa dos detentos que passaram pela tragédia, por exemplo, quando relata que um dos guardas solicita que um detento liberto das chamas abrisse "[...] as grades do pavilhão Franklin Toledo Pizza, de onde saíram **furiosos e desfigurados** 53 homens transformados em **feras**" (18/08/1961, grifo nosso). O mesmo ocorre ao relatar sobre os esforços de médicos e enfermeiros para salvar a vida dos detentos, vítimas do incêndio durante o qual "Médicos e enfermeiros e Irmãs lutaram contra a morte que ameaçava aqueles homens **acostumados a ameaçar o seu semelhante**" (A TRIBUNA – TAUBATÉ, 18/08/1961, grifo nosso).

A intenção da retratação negativa dos detentos por parte do veículo evidencia-se explicitamente quando afirma que todo o sinistro serviu de exemplo para que casos assim não voltem a ocorrer.

> Aos presos e aos amotinados, a tragédia **serviu de exemplo**. Pagarão elas o pesado tributo da responsabilidade pelo desaparecimento de 41 homens, seus companheiros de cárcere. Oxalá esse impacto pudesse reprimir o elevado índice de delinquência e a vultosa soma de reincidentes que habitam os estabelecimentos penais do Estado de São Paulo (A TRIBUNA – TAUBATÉ, 18/08/1961, grifo nosso).

www.revistafenix.pro.br

Em entrevista, o diretor do presídio afirma que a intenção do motim foi a total destruição da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, retratando as vítimas e os demais detentos de forma negativa, na tentativa de diminuir o impacto da tragédia.

> [...] pois trata-se de um presidio para homens inaptos do convívio social, insanos e de alto índice de periculosidade [...] Todavia não esmoreceremos e continuaremos nossa obra em favor da sociedade. Graças a Deus o sinistro esteve circunscrito entre as paredes desta prisão-hospital. Se não a estas horas, choraríamos também o sacrifício de funcionários e policiais, cuja experiência e coragem jamais poderemos pôr em dúvida (A TRIBUNA- TAUBATÉ, 18/08/1961).

O jornal termina a matéria relatando que cobriu em todos os detalhes o sinistro ocorrido naquele presídio: "Nessas condições, foi o único jornal do interior paulista, **considerado idôneo**, em suas informações, pela direção do estabelecimento" (A TRIBUNA – TAUBATÉ, 18/08/1961, grifo nosso).

O jornal *Diário de Noite,* na manchete do dia 16 de agosto, faz um extenso relato sobre o sinistro, trazendo algumas informações que não foram apresentadas por outros veículos analisados neste artigo. Em meio à matéria, o jornal relata a atitude de medo dos guardas que não abriram as celas dos pavilhões que estavam em chamas:

> Embora vissem que muitos detentos seriam carbonizados pelas chamas e estivessem de posse das chaves das portas dos xadrezes, os guardas não se aventuravam a abri-las para permitir a saída da população carcerária para os pátios internos. Os amotinados estavam furiosos e os vigilantes sabiam que, se abrissem as portas dos xadrezes, seriam prontamente atacados e mortos por eles. E mesmo que não fossem atacados poderiam ser mortos ao serem arrastados ao roldão pelos detentos alucinados que sairiam como doidos a fim de escapar à fúria do fogo que lavrava cada vez com maior intensidade (DIÁRIO DA NOITE, 16/08/1961).

Os guardas do presidio buscaram, nas celas individuais que não estavam tomadas pelo fogo, um voluntário para abrir as celas dos pavilhões, o que possibilitou que muitos conseguissem escapar das chamas, com exceção daqueles que se encontravam nas celas individuais. "As portas de ferro foram abertas e uma multidão alucinada se lançou em todas as direções, estabelecendo-se, desde logo, o pânico e a confusão" (DIÁRIO DA NOITE, 16/08/1961).

Outro momento do relato que vale ser aqui destacado está no reforço da teoria do diretor do presídio sobre o entendimento de que os detentos buscavam a total destruição da Casa de Custódia, pois, mesmo quando tomaram a liberdade de suas celas, um grupo deles dirigiu-se para a administração e quebrou tudo o que foi encontrado pela frente. Só então "[...] avançaram contra as muralhas, pretendendo ganhar a liberdade. Foi então que se ouviram os primeiros disparos de fuzis, logo seguidos por repetidas rajadas de metralhadoras" (DIÁRIO DA NOITE, 16/08/1961).

www.revistafenix.pro.br

O *Estado de S. Paulo*, no dia 16 de agosto de 1961, publicou uma matéria sobre a reunião de autoridades para a reconstrução do estabelecimento. Foi o único jornal a receber permissão para cobrir as tratativas referentes à restauração do presídio. Entre os pontos mais relevantes da pesquisa, destaca-se o posicionamento do veículo, de analisar o perfil do local. Primeiramente é apontado o perfil dos detentos direcionados ao local: "A Casa de Tratamento e Custódia de Taubaté foi criada para receber os criminosos que, vítimas de doenças mentais, toxicomanias ou alcoolismo, necessitam, além do corretivo penal, tratamento médico-psiquiátrico especializado" (ESTADO DE S. PAULO, 16/08/1961).

Ao ser questionado pela reportagem sobre um suposto tratamento de eletrochoque utilizado na correção dos presos, o diretor do presídio, Dr. Tarcísio Pinheiro Cintra, explicou:

> [...] devido à seria periculosidade dos detentos enviados ao estabelecimento de Taubaté, a porcentagem de cura, recuperação e readaptação é muito baixa. O tratamento por choque é um sistema

> aprovado no mundo inteiro, sendo aceito quer do ponto de vista técnico científico, quer do ponto de vista moral-científico. O sistema de tratamento imperante na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, foi exposto, em 1957, pelo seu diretor, à assembleia, e, na ocasião plenamente aprovado. [...] Em Taubaté, o tratamento por eletrochoque é feito de tal forma que o detento compreenda que se trata de remédio, dirigindo-se por sua própria vontade e por seus próprios meios às sessões de aplicação. Não se pode impedir, entretanto, que alguns detentos, em estado mental mais grave, recebam o tratamento como a aplicação de um castigo (ESTADO DE S. PAULO, 16/08/1961).

Nem todos os veículos analisados tiveram suas abordagens inseridas no presente tópico do artigo, unicamente por não terem relatado novas informações que complementassem a análise do episódio pela imprensa. Respeitou-se, assim, a saturação das informações publicadas em periódicos do período.

Após algumas reuniões entre agentes de justiça e os responsáveis pelo presídio foi aberto um inquérito para averiguar a quem cabia a responsabilidade do caso. Nesse processo, todos os presos foram indiciados a prestar depoimento, com a exceção dos presos do pavilhão "Acácio Nogueira", que estavam detidos em celas individuais e não foram ameaçados pelas chamas.

Nagib Hadad[1], que já era ex-detento da casa de custódia, foi ouvido pelo *Diário da Noite*. Ele inicia seu discurso elogiando a comida e a higiene no local, mas cessa seu relato de pontos positivos acerca do presidio para então criticar a atitude de alguns guardas do local, que espancavam os detentos. Depois relata que o tratamento com eletrochoque e injeções de *cardiazol* (indutor de convulsões) eram utilizados apenas como castigos, e nunca como tratamento médico. Concluindo seu relato, Nagib afirma que o episódio ocorrido no presídio já era esperado, e relata que sete detentos foram violentamente "[...] espancados e submetidos a choques elétricos apenas por terem, os dirigentes do presídio, desconfiado que os mesmos chefiavam uma rebelião que teria início com fogo nos vários pavilhões" (DIARIO DA NOITE, 17/08/1961).

Depois da tragédia ocorrida na Casa de Custódia de Taubaté, o governador do estado, em memorando, declara: "[...] estamos certos ao concentrar grande parte das nossas disponibilidades na solução do problema penitenciário do Estado" (CORREIO PAULISTANO, 17/08/1961). O periódico que publicou parte do memorando do governador continuou com a publicação de um comunicado da Secretaria da Justiça, que se abstém, junto com a direção da Casa de Custódia de Taubaté, de qualquer

[1] O veículo não especifica se se trata de um nome verdadeiro ou fictício para proteger a identidade do relator da entrevista.

responsabilidade pela morte dos detentos queimados, e elogia todo o apoio das forças de segurança pública que contribuíram para a contenção do problema:

> O elevado número de mortes não decorreu da deficiência das atividades de salvamento, mas da quase total impossibilidade deste tendo em vista o vulto do incêndio ateado ao mesmo tempo em diversos locais pelos próprios sentenciados [...] Convém lembrar que as providências também atenderam às características específicas daquele presídio, onde se reuniam detentos da mais alta periculosidade, em razão de sua personalidade psicopática, que exporiam a graves riscos a população em caso de uma fuga, como a que fôra planejada (CORREIO PAULISTANO, 17/08/1961).

No dia 17 de agosto, ocorreu na capital uma reunião entre autoridades e representantes do sistema penitenciário do estado de São Paulo, para averiguação de imperfeições no sistema, depois que o juiz corregedor de presídios solicitou ao governador que fosse reconstruída a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. No entanto, chama atenção que, nessa solicitação, o juiz determina que "[...] as obras atendam, agora, às exigências de um estabelecimento dessa natureza, o que antes não pudera verificar-se" (A TRIBUNA – SANTOS, 18/08/1961).

O jornal termina a matéria chamando a atenção do secretário da justiça do estado do Rio de Janeiro, que declarou sua intenção de vir a São Paulo mostrar sua confiança na competência das autoridades e no pleno funcionamento dos estabelecimentos penais:

> Não seria melhor que o ilustre secretário fluminense, ao invés de perder seu tempo precioso nessa viagem, tratasse de corrigir as falhas e imperfeições que também devem existir em abundância no sistema do seu Estado? Afinal, o sistema penitenciário de São Paulo não é idêntico ao que, com ligeiras alterações, está vigorando em todo território brasileiro? (A TRIBUNA – SANTOS, 18/08/1961).

Na reunião entre as autoridades do Estado de São Paulo, do dia 17 de agosto, foi reiterada também a necessidade de reconstrução imediata do estabelecimento, seguindo, então, o cumprimento das exigências quanto às especificidades de suas instalações. O pavilhão da CCT, que não foi atingido pelas chamas, continuou a funcionar, acolhendo em celas individuais alguns presos que não foram transferidos para outras unidades penais. Os novos pavilhões reconstruídos, seguindo as recomendações das autoridades, deveriam acompanhar o mesmo modelo do pavilhão com celas individuais. Outra medida apresentada foi separar os detentos que cumpriam pena

www.revistafenix.pro.br

corporal daqueles que se encontravam em medida de segurança detentiva[2]. Além disso, foi designado um órgão oficial do Estado, responsável pela elaboração de laudos destinado à avaliação da periculosidade dos sentenciados e pela criação de um órgão responsável pela triagem dos detentos, de forma que cada detento fosse encaminhado para o estabelecimento penal mais adequado ao seu perfil (FOLHA DE S. PAULO, 18/08/1961).

Todas as medidas tiveram como objetivo sanar as possíveis rebeliões que poderiam ocorrer nos presídios do Estado de São Paulo. Em um artigo editorial, a *Folha de S. Paulo*, depois de uma crítica à situação penitenciaria do estado, conclui afirmando que, com todas as medidas tomadas em consequência das tragédias que ocorreram naquele mês, "os males sempre trazem alguma coisa de bom" (FOLHA DE S. PAULO, 18/08/1961).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marginalização, estado em que se encontra grande parte da população carcerária brasileira, evidencia-se, conforme exposto neste artigo, a partir da omissão do Estado na elaboração e aplicação efetiva de políticas públicas relacionadas aos problemas enfrentados pelas populações mais vulneráveis, a falta de aplicação da Lei de Execução Penal e respostas às constantes denúncias de abusos e maus tratos aos detentos.

O problema relacionado à marginalização, torna-se ainda mais evidente, quando se percebe um perfil estabelecido da população que se encontra privada de sua liberdade, tendo em vista que se trata daqueles que já se encontravam à margem da sociedade antes mesmo do processo de encarceramento. Trata-se majoritariamente de sujeitos em situação de vulnerabilidade, mais especificamente sujeitos jovens, com baixa escolaridade, negros ou pardos, entre outros fatores que os condenaram antes mesmo da execução de qualquer tipo de infração.

O problema poderia ser diminuído se o sistema penal brasileiro efetivamente recuperasse os sujeitos infratores após o cumprimento da pena, como é estabelecido na Lei de Execução Penal. As altas taxas de reincidência criminal, além da precariedade em que se encontram muitas unidades prisionais e do próprio tratamento dispensado aos

[2] Enquanto a pena corporal é aplicada àqueles que cometeram um crime e foram condenados à reclusão, a medida de segurança detentiva é aplicada àqueles que cometeram um crime mas são entendidos como inimputáveis ou semi-imputáveis, medida tomada principalmente em casos de doenças mentais.

sujeitos encarcerados apontam para o descumprimento daquilo que está estabelecido em lei.

A análise de artigos publicados pela imprensa nacional, referentes à situação carcerária brasileira, revelou que poucas abordagens denunciaram a omissão do Estado em relação aos diversos problemas que foram apontados. Ainda que seja possível encontrar artigos que tratam dos problemas, observa-se que foi prioridade abordar as rebeliões e as ações de organizações criminosas sem a devida contextualização da situação. Ao longo da pesquisa, observou-se que muitas rebeliões e a própria formação das organizações do crime organizado, como o PCC, surgiram, entre outros fatores, motivados pelos abusos sofridos e pela falta de cumprimento de leis no interior de presídios em todo o território brasileiro.

Nas abordagens da imprensa sobre a Casa de Custódia de Taubaté, percebe-se uma série de problemas enfrentados pelos detentos que decidiram colocar fogo em suas próprias celas, mesmo conscientes do risco que corriam. Conforme relatos coletados nas publicações, eles intentaram manifestar uma rejeição ao tratamento que recebiam pelas autoridades da unidade. Mesmo com tamanha tragédia, observa-se insistência das autoridades em afirmar que o procedimento adotado no interior da unidade (de não permitir que os detentos se salvassem) foi bem-sucedido. Apontam, portanto, para a percepção negativa da sociedade sobre as pessoas privadas de liberdade.

A tragédia teve um alto preço para a vida dos detentos, mas, como é relatado em um dos veículos que abordaram o caso, o episódio possibilitou que diversos problemas do sistema penitenciário no Brasil ficassem conhecidos pela sociedade e novas políticas fossem adotadas pelo Estado, para possíveis soluções, embora até recentemente não tenham sido efetivamente levadas a termo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco de Paula Rodrigues. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (SP) - 1890 a 1930. **Hemeroteca Digital Brasileira**. São Paulo, 1913. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720526&pesq=%22Instituto%20Correcional%22&pagfis=1457. Acesso em: 2 out. 2023.

AMARAL, Ana Luiza Castro do. **O levante que parou uma ilha**: memória do Instituto Correcional da Ilha Anchieta e ações dos filhos da ilha. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

A TRIBUNA – SANTOS. Elementos de alta periculosidade são os que se encontram detidos em Taubaté. **Hemeroteca Digital Brasileira**. São Paulo, 17/08/1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=1596. Acesso em: 2 out. 2023.

A TRIBUNA – SANTOS. Imperfeições no Sistema Penitenciário do Estado. **Hemeroteca Digital Brasileira**. São Paulo, 18/08/1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=15965. Acesso em: 1 out. 2023.

A TRIBUNA – SANTOS. Trágico balanço da rebelião no presídio de Taubaté: 40 mortos e dezenas de feridos. **Hemeroteca Digital Brasileira**. São Paulo, 16/08/1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_01&pagfis=15935. Acesso em: 28 set. 2023.

A TRIBUNA – TAUBATÉ. A tragédia da Casa de Custódia e Tratamento. **Arquivo Histórico de Taubaté Félix Guisard Filho**. Taubaté, 18/08/1961.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. **Dados sobre população carcerária do Brasil são atualizados** (2020). Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2020/02/dados-sobre-populacao-carceraria-do-brasil-sao-atualizados. Acesso em: 18 set. 2023.

BRASIL, Decreto Estadual do estado de São Paulo, N° 24.906, de 3 de setembro de 1955. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1955/decreto-24906-03.09.1955.html. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL DE FATO. **Tortura virou método em presídios no Ceará, diz integrante da OAB: 'Hoje temos flagrante'**. 2023. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/08/09/tortura-virou-metodo-em-presidios-no-ceara-diz-integrante-da-oab-hoje-temos-flagrante. Acesso em: 21 set. 2023.

BRASIL, Lei n° 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm. Acesso em: 2 out. 2023.

CARTA CAPITAL. **Técnica de tortura de fraturar dedos de presos é usada em 5 estados**. 2023. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/tecnica-de-tortura-de-fraturar-dedos-de-presos-e-usada-em-5-estados/. Acesso em: 20 set. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CNJ. **Conselho Nacional de Justiça**. 2023. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original20152320230228863fe60db44835.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

www.revistafenix.pro.br

CORREIO PAULISTANO. Apurar responsabilidades pela tragédia de Taubaté. **Hemeroteca Digital Brasileira**. São Paulo, 17/08/1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_11&pesq=%22casa%20de%20cust%C3%B3dia%22&pagfis=8791. Acesso em: 29 set. 2023.

DIARIO DA NOITE. 136 presos indiciados no inquérito sobre o motim. **Hemeroteca Digital Brasileira**. São Paulo, 17/08/1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093351&pesq=%22casa%20de%20cust%C3%B3dia%22&pagfis=65610. Acesso em: 24 set. 2023.

ESTADO DE S. PAULO. 30 corpos foram achados nos escombros. **Acervo digital Estado de S. Paulo**. São Paulo, 16/08/1961. Disponível em: https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19610816-26476-nac-0001-999-1-not. Acesso em: 28 set. 2023.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e história da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FOLHA DE S. PAULO. Detentos incendeiam o presídio para tentar a fuga em massa. **Acervo digital Folha de S. Paulo**. São Paulo, 15/08/1961. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=505&anchor=4489172&origem=busca&originURL=. Acesso em: 20 set. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. **Estatuto do P.C.C**. São Paulo, 1997. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/5/25/cotidiano/30.html. Acesso em: 2 out. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Fugitivos da Ilha Anchieta foram os cabeças da revolta em Taubaté. **Acervo digital Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16/08/1961. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=506&anchor=4489223&origem=busca&originURL=&maxTouch=0. Acesso em: 29 set. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. Rigorosa triagem dos presos para evitar rebelião nas casas penais. **Acervo digital Folha de S. Paulo**. São Paulo, 18/08/1961. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=508&anchor=4489346&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=650894141b08bd525da910745bc363b9. Acesso em: 28 ser. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

G1. **Presos têm dentes arrancados e são pendurados de cabeça para baixo em sessões de tortura no Ceará**. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/07/05/detentos-eram-obrigados-a-se-equilibrar-com-a-cabeca-no-chao-em-sessoes-de-torturas-no-ceara.ghtml. Acesso em: 20 set. 2023.

JUSBRASIL. **Internação Em Casa de Custódia e Tratamento**. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=Interna%C3%A7%C3%A3o+em+casa+de+cust%C3%B3dia+e+tratamento. Acesso em: 11 set. 2023.

MONTEIRO, Lamarque; OLIVEIRA, Samuel Messias de. **Casa de Custódia de Taubaté**. Taubaté: Taubateana, 2005.

SÃO PAULO, Lei do estado de São Paulo, N° 1.445, de 28 de dezembro de 1.914. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1914/lei-1445-28.12.1914.html. Acesso em: 2 out. 2023.

SCHMITT, Jean-Claude. A História dos Marginais. In: Jacques Le Goff. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 261-284.

SILVA, Daniela Duarte da. **Casa de Custódia de Taubaté**: Um breve histórico. Monografia (Graduação em História) – Universidade de Taubaté – UNITAU. Taubaté, 2004.

SISDEPEN. Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário. **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Brasília: Sisdepen, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen. Acesso em: 20 set. 2023.

TENÓRIO FILHO, José Roberto; LIMA, Suzann Flávia Cordeiro de. Construções penais e o diálogo com a cidade: a (não) política de implantação de equipamentos penais no meio urbano. **Urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 371-386, ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/urbe/a/gGv6ZcQxgd47LCtftqtdhMz/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 set. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WACQUANT, Loïc. A aberração carcerária à moda francesa. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n.2, p.215-232, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/dados/a/kSpmwPC4WXXsQgp3KPfNHML/. Acesso em: 20 set. 2023.

www.revistafenix.pro.br

Recebido em: 15/12/2023
Parecer dado em: 19/04/2024